

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Rio de Janeiro-RJ - Rua São José, 70 - 21°/22° andares - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - rj@bkr-lopesmachado.com.br Filiais e Empresas Ligadas:

São Paulo-SP - sp@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536 Belo Horizonte-MG - auditoria@bkrhq.com.br - Telefax (31) 2122-3210 Salvador-BA - treina.ba@bkr-lopesmachado.com.br - Telefax (71) 3113-2226 / 2229

Recife-PE - recife@bkr-lopesmachado.com.br - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171 Macaé-RJ - macae@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

Vila Velha - ES - es@bkr-lopesmachado.com.br - Tel: (27) 2127-4150

Cuiabá - MT - Tel: (65) 3321-8633

BKR INTERNATIONAL

Américas - Nova York - NY - EUA - Tel (1) (212) 964-2115 - Fax (1) (212) 964-2133 - bkr@bkr.com - Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Balanços Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Rio de Janeiro-RJ - Rua São José, 70 - 21º/22º andares - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - rj@bkr-lopesmachado.com.br Filiais e Empresas Ligadas:

Finals C Empressa Ligauss.
São Paulo-SP - sp@br-lopesmachado.com.br - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536
Belo Horizonte-MG - auditoria@bkrhq.com.br - Telefax (31) 2122-3210
Salvador-BA - treina.ba@bkr-lopesmachado.com.br - Telefax (71) 3113-2226 / 2229

Recife-PE - recife@bkr-lopesmachado.com.br - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171

Macaé-RJ - macae@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

Vila Velha - ES - es@bkr-lopesmachado.com.br - Tel: (27) 2127-4150

Cuiabá - MT - Tel: (65) 3321-8633



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Diretores da Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL Maceió - AL

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro-RJ - Rua São José, 70 - 21°/22° andares - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - rj@bkr-lopesmachado.com.br Filiais e Empresas Ligadas: São Paulo-SP - sp@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536 Belo Horizonte-MG - auditoria@bkrhq.com.br - Telefax (31) 2122-3210 Salvador-BA - treina.ba@bkr-lopesmachado.com.br - Telefax (71) 3113-2226 / 2229 Recife-PE - recife@bkr-lopesmachado.com.br - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171 Macaé-RJ - macae@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455 Vila Velha - ES - es@bkr-lopesmachado.com.br - Tel: (27) 2127-4150 Cuiabá - MT - Tel: (65) 3321-8633

BKR INTERNATIONAL



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

- i. Ficamos impossibilitados de aplicar os devidos procedimentos de auditoria de forma a opinarmos sobre a adequação do saldo do ativo imobilizado em virtude de não terem sido concluídos os ajustes entre os saldos contábeis e os valores constantes no sistema de controle patrimonial dos bens imobilizados, bem como o inventário físico destes bens, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11.
- ii. Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 3(b), a Companhia não calculou as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto ainda não faturadas, que seriam contabilizadas por estimativa. Não nos foi possível calcular por procedimentos alternativos o valor das referidas receitas. Além disso, o saldo da conta "Contas a Receber de Clientes" não estava conciliado com a respectiva posição do sistema comercial. Não pudemos nos satisfazer quanto à adequação deste saldo por meio de outros procedimentos de auditoria.
- iii. A Companhia não realizou estudos visando verificar a necessidade de registro de eventual ajuste em função da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (Contratos de Concessão), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Consequentemente, não foi possível avaliarmos os efeitos desse assunto sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- iv. A Companhia elaborou as demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a entidades operando em regime normal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a **Companhia de Saneamento de Alagoas CASAL** apurou um prejuízo de R\$ 14.527.922, havendo, consequentemente, acumulado até essa data um prejuízo de R\$ 782.771.299. Além disso, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentou uma insuficiência de capital de giro de R\$ 186.189.997. Estes fatores levantam dúvidas quanto à sua continuidade operacional e indica a necessidade de obtenção de rentabilidade futura e/ou a necessidade de ingresso de recursos sob a forma de capital e/ou financiamento de longo prazo.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", essas demonstrações contábeis apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro-RJ - Rua São José, 70 - 21º/22º andares - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - rj@bkr-lopesmachado.com.br Filiais e Empresas Ligadas:
São Paulo-SP - sp@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536
Belo Horizonte-MG - auditoria@bkrhq.com.br - Telefax (31) 2122-3210
Salvador-BA - treina.ba@bkr-lopesmachado.com.br - Telefax (71) 3113-2226 / 2229
Recife-PE - recife@bkr-lopesmachado.com.br - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171
Macaé-RJ - macae@bkr-lopesmachado.com.br - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455
Vila Velha - ES - es@bkr-lopesmachado.com.br - Tel: (27) 2127-4150
Cuiabá - MT - Tel: (65) 3321-8633

BKR INTERNATIONAL



Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 30, a Companhia possui contratos de concessão vigentes para apenas 31 municípios entre os 75 atendidos por ela em todo o Estado de Alagoas. Não foi possível determinar os efeitos decorrentes da referida questão nas demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro (RJ), 12 de abril de 2013.



Mário Vieira Lopes

Contador - CRC-RJ₇60.611/O

Contador CRC PE-025592/O-0

Vila Velha - ES - es@bkr-lopesmachado.com.br - Tel: (27) 2127-4150

Cuiabá - MT - Tel: (65) 3321-8633



Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(em Reais)

	2012	2011		2012	2011
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.315.636	1.088.976	Empreiteiros e fornecedores	163.485.242	154.194.705
Contas a receber de clientes	54.351.949	50.430.075	Empréstimos e financiamentos	14.239.256	8.313.620
Estoques	2.380.347	2.109.283	Salários e encargos sociais a pagar	2.511.112	41.881
Tributos a recuperar	1.000.788	777.614	Tributos a recolher	20.683.371	19.764.311
Outros créditos	904.354	490.850	Parcelamento de tributos	10.024.088	10.707.125
	59.953.074	54.896.798	Fundação CASAL de Seguridade Social - FUNCASAL	4.511.251	4.236.886
			Parcelamentos com a CEAL	14.997.292	7.091.754
Ativo não-circulante			Consignações a recolher	1.190.932	1.038.302
Realizável a longo prazo			Provisões para 13º salário, férias e encargos sociais	4.601.066	4.093.115
Depósitos judiciais	10.708.826	34.199.480	Outros débitos	9.899.461	988.915
Contas a receber de clientes	1.568.256	1.186.655		246.143.071	210.470.614
Pagamentos reembolsáveis	4.667.769	4.941.308			
	16.944.851	40.327.443	Passivo não-circulante		
Investimentos	40.668	40.668	Empréstimos e financiamentos	17.898.771	17.329.889
Imobilizado	172.820.410	177.552.942	Parcelamento de tributos	109.851.344	134.342.528
Intangível	593		Fundação CASAL de Seguridade Social - FUNCASAL	99.708.488	92.376.824
	189.806.522	217.921.053	Parcelamento CEAL	123.641.565	115.216.357
			Contingências	93.405.990	129.443.350
			Convênio	5.500.000	5.500.000
				450.006.158	494.208.948
			Passivo a descoberto		
			Capital social	336.381.666	336.381.666
			Prejuízos acumulados	(782.771.299)	(768.243.377)
				(446.389.633)	(431.861.711)
Total do Ativo	249,759,596	272.817.851	Total do Passivo	249,759,596	272.817.851
10 40 / 1410	247.137.370	272.017.031	1011140 1 1001110	247.137.370	272.017.031





Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(em Reais)

	2012	2011
Receita líquida de serviços	209.123.065	190.561.970
Custo dos serviços	(129.830.942)	(92.643.542)
Lucro bruto	79.292.123	97.918.428
Receitas (despesas) operacionais		
. Comerciais	(61.246.286)	(78.332.094)
. Administrativas	(35.131.735)	(29.897.389)
. Tributárias	(1.719.408)	(480.425)
. Resultado financeiro (líquido)	(41.515.967)	(35.545.971)
. Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	36.772.759	33.836.411
. Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas	9.020.592	8.182.371
	(93.820.045)	(102.237.097)
Prejuízo do exercício	(14.527.922)	(4.318.669)
Número de ações ao final do exercício	132.173.542.766	132.173.542.766
Prejuízo do exercício por ação - R\$	-0,0001099	-0,0000327





Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(em Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	336.381.666	(763.924.708)	(427.543.042)
Prejuízo do exercício	-	(4.318.669)	(4.318.669)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	336.381.666	(768.243.377)	(431.861.711)
Prejuízo do exercício	-	(14.527.922)	(14.527.922)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	336.381.666	(782.771.299)	(446.389.633)





Demonstrações dos Fluxo de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(em Reais)

	2012	2011
Prejuízo do exercício	(14.527.922)	(4.318.669)
Ajustes por:		
Depreciação / Amortização	7.245.513	5.334.005
Prejuízo do exercício - Ajustado	(7.282.409)	1.015.336
Atividades operacionais		
Variação do contas a receber de clientes - Ativo circulante e não circulante	(4.303.475)	(5.477.965)
Variação dos estoques	(271.064)	(711.189)
Variação dos tributos a recuperar	(223.174)	(360.617)
Variação dos outros créditos	(413.504)	(125.553)
Variação dos depósitos judiciais	23.490.654	(2.145.663)
Variação dos pagamentos reembolsáveis	273.539	(357.047)
Variação dos empreiteiros e fornecedores	9.290.537	22.805.066
Variação dos salários e encargos sociais a pagar	2.469.231	32.924
Variação dos tributos a recolher	919.060	(393.319)
Variação da Fundação CASAL de Seguridade Social - FUNCASAL	7.606.029	7.264.433
Variação dos parcelamentos com a CEAL	16.330.746	8.850.641
Variação dos parcelamentos de tributos - Passivo circulante e não circulante	(25.174.221)	1.383.734
Variação das consignações a recolher	152.630	125.821
Variação das provisões para 13º salário, férias e encargos sociais	507.951	1.680.218
Variação de outros débitos	8.910.546	-
Variação das contingências	(36.037.360)	(33.904.865)
Variação do convênio	-	2.500.000
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	(3.754.284)	2.181.955
Atividades de investimento		
Imobilizado	(2.512.981)	(7.516.405)
Intangível	(593)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(2.513.574)	(7.516.405)
Atividades de empréstimos e financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	6.494.518	5.256.959
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de empréstimos e financiamentos	6.494.518	5.256.959
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa	226.660	(77.491)
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	1.088.976	1.166.467
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	1.315.636	1.088.976
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa	226.660	(77.491)





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(em Reais)

1 - Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL é uma sociedade por ações de capital fechado, em regime de economia mista estadual, constituída nos termos das Leis Estaduais nº 2.491, de 1º de dezembro 1962, e nº 2.557, de 21 de junho de 1963. A Companhia tem por objetivo o abastecimento d'água, a remoção e tratamento de esgotos sanitários e o planejamento e controle de poluição hídrica em todo o Estado de Alagoas.

Em 8 de janeiro de 2007, foi publicado no Diário Oficial da União – DOU, a Lei Nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais e a política federal para o saneamento básico, documento este denominado de Marco Regulatório para a atividade fim desta Companhia.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 12 de abril de 2012.

(b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

(c) Moeda funcional e moeda para apresentação

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

3 - Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Representam os saldos existentes em bancos e aplicações financeiras em fundos de curto prazo. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas *pro rata die* e apropriadas mensalmente até a data do balanço.

(b) Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes é reconhecido pelo valor justo e deduzido da provisão para créditos de liquidação duvidosa e estão apresentados pelos valores efetivamente faturados, decorrentes do serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Não foram registradas as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto ainda não faturadas, que seriam contabilizadas por estimativas.

(c) Provisão para perdas na realização de créditos

É calculada sobre clientes residenciais, comerciais e industriais, e foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas nas realizações das referidas contas a receber.

A Companhia adota o seguinte critério para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

- I. Considerar como possíveis perdas os seus créditos junto aos clientes residenciais, comerciais e industriais vencidos há mais de 180 dias de valor até R\$5.000 e os vencidos há mais de 360 dias de valor acima de R\$5.000 até R\$30.000, exceto os créditos a receber, vencidos e vinculados a órgãos públicos do Governo do estado.
- II. Os parcelamentos e financiamentos destes mesmos tipos de clientes obedecem aos mesmos critérios adotados no item anterior.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(d) Estoques

Está representado principalmente por materiais de manutenção e conserto e avaliado ao custo médio de aquisição, sendo classificado no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

(e) Investimentos – ativo não-circulante

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

(f) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.





.4.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(g) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo por existirem subsídios cruzados entre os serviços de água e esgoto e dentre os municípios que atua.

Na avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

(h) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(i) Contingências – passivo não-circulante

Referem-se a provisões registradas para fazer face à demandas cíveis, tributárias e trabalhistas contra a Companhia e foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos internos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas.

(j) Provisão para imposto de renda e contribuição social

Por opção legal, a Companhia, adotou o regime de Lucro Real para a apuração do imposto de renda e contribuição social anual com balancete de suspensão. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde ao lucro contábil ajustado por despesas não dedutíveis e receitas não tributáveis determinadas conforme legislação fiscal vigente.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A provisão para o Imposto de Renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20.000 por mês. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável, quando aplicável.

A Companhia, após apuração realizada, não apresentou lucro tributável no exercício de 2012, não havendo, portanto, constituição de provisão de imposto de renda e contribuição social.

(k) Passivo circulante e não circulante

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados pro rata die, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados.

(l) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(m) Transações com partes relacionadas

A Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

(n) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, depreciação, provisão para riscos de créditos, provisões para contingências e provisões para impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas periodicamente.

(o) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo não estão sendo apresentados pelo seu valor presente, pois os efeitos relativos aos ajustes conforme calculados pela Administração da Empresa foram considerados irrelevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	2012	2011
Depósitos bancários Aplicações financeiras (a)	1.294.730 20.906	1.069.410 19.566
	1.315.636	1.088.976

(a) São constituídas por fundos de renda fixa aplicados junto ao Banco Bradesco.

5 - Contas a Receber de Clientes

	2012		2011	
-		Não		Não
_	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Faturamento de serviços de água e esgotamento sanitário	191.985.278	-	182.163.831	-
Parcelamentos de contas de usuários	5.261.727	1.544.658	4.911.149	1.124.202
Financiamentos de serviços	23.870.602	23.598	10.791.348	62.453
Agentes Arrecadadores	6.213.714	_	5.394.588	-
Subtotal	227.331.321	1.568.256	203.260.916	1.186.655
(-) Financiamentos de serviços a faturar	(9.281.241)	-	-	-
(-) Contas recebidas a maior ou em duplicidade	(13.840.540)	_	(12.457.741)	-
(-) Arrecadação a discriminar	(10.718.025)	_	(10.670.349)	-
(-) Prov. para créditos de liquidação duvidosa	(139.139.566)		(129.702.751)	_
Subtotal	(172.979.372)	-	(152.830.841)	-
Total _	54.351.949	1.568.256	50.430.075	1.186.655

O saldo da conta encontra-se em fase de revisão.

Os valores registrados na conta Agentes Arrecadadores referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e ainda não repassados à Companhia, em decorrência do *float* firmado nos contratos com estas instituições.

A conta Arrecadação a discriminar contempla os valores dos recebimentos de clientes, ainda não classificados no sistema comercial da Companhia.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

6 - Estoques

	2012	2011
Materiais de almoxarifado Outros	2.379.810 537	2.108.783 500
	2.380.347	2.109.283

7 - Tributos a Recuperar

	2012	2011	
		_	
IRPJ	500.128	326.057	
CSLL	131.752	95.499	
PASEP/COFINS	357.671	356.058	
Outros	11.237	_	
		_	
	1.000.788	777.614	

8 - Outros créditos

	2012	2011
Adiantamento a Empreiteiros,		
Fornecedores e Prestadores de Serviços		
	693.872	326.774
Outros	210.482	164.076
		_
	904.354	490.850





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

9 - Depósitos Judiciais

	2012	2011
Penhora do INSS (a) Depósitos judiciais para colaboradores,	-	23.835.392
prestadores de serviços e fornecedores (b) Valores bloqueados por medida judicial	9.384.789 617.214	9.772.272
Depósitos dados em garantia (b)	706.823	591.816
	10.708.826	34.199.480

(a) Refere-se a penhora de 3% das receitas operacionais da CASAL, decorrente de determinação judicial por meio do Processo de execução fiscal N° 2002.80.00.006712-1 em garantia do débito mantido junto a Receita Federal do Brasil – RFB, relativo a INSS. Com a adesão por parte da CASAL ocorrida em 30 de novembro de 2009 ao Parcelamento da Lei 11.941/09 e conseqüente inclusão de parte da dívida no âmbito da Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN vencidas até novembro de 2008, a referida penhora foi suspensa a partir de novembro de 2009.

Em 24 de fevereiro de 2012, foi efetuada a conversão em renda, no montante de R\$ 24.288.247, amortizando o saldo devedor do parcelamento da Lei nº 11.941, com reflexo nas parcelas vincendas.

(b) Referem-se a depósitos e bloqueios determinados pelo judiciário relativos a processos cíveis e trabalhistas movidos contra a CASAL.

10 - Pagamentos Reembolsáveis

Refere-se, basicamente, a valores a receber decorrentes de colaboradores da CASAL cedidos a outros órgãos do Governo do Estado de Alagoas.





.10.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

11 - Imobilizado

_		2012			
_		Depreciação /			Taxa de
		Amortizzação			depreciação/
Classe	Custo	acumulada	Saldo contábil	2011	Amortização
Imobilizado em Operação					
Sistema de abastecimento d'água	288.535.372	(162.513.650)	126.021.722	131.102.578	2% a 10% a.a.
Sistemas de esgotos sanitários	53.934.542	(26.513.837)	27.420.705	28.472.306	2% a 10% a.a.
Bens de uso geral	4.269.408	(2.512.580)	1.756.828	1.542.032	10% a 25% a.a.
-	346.739.322	(191.540.067)	155.199.255	161.116.916	
Imobilizado em Andamento Sistema de abastecimento d'água em					
construção	17.482.108	-	17.482.108	16.396.980	-
Adiantamentos a empreiteiros	139.047		139.047	39.046	-
<u>-</u>	17.621.155		17.621.155	16.436.026	
<u>-</u>	364.360.477	(191.540.067)	172.820.410	177.552.942	

(a) Levantamento e Tombamento dos bens móveis e imóveis de propriedade da CASAL

Durante o exercício de 2010 foi firmado um contrato entre a CASAL e a COTRIM & AMARAL ENGENHARIA, AVALIAÇÕES E PERÍCIAS JUDICIAIS LTDA. com o objetivo de realizar serviços de avaliações e regularização dominial de imóveis, a fim de proceder ao levantamento patrimonial dos bens reversíveis/operacionais e avaliações dos terrenos, edificações, poços, estações de tratamento, sistema de esgotamento sanitário, reservatórios, booters, redes de distribuições de água, estações elevatórias, veículos e máquinas e equipamentos pertencentes ao ativo permanente em parte dos municípios onde a CASAL mantém operações (24 municípios do Estado de Alagoas). Neste contrato, foram selecionadas 10 cidades do sistema coletivo da zona do agreste e 14 cidades como prioritárias à CASAL, as quais estão relacionadas a seguir: Arapiraca, Campo Grande, Coité de Nóia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Lagoa da Canoa, Olho D`água Grande, São Brás, Colônia de Leopoldina, Palmeira dos Índios, Rio Largo, Delmiro Golveia, Santana do Ipanema, Barra de São Miguel, Coruripe, Anadia, Marimbondo, Capela, Piranhas, Messias, São Luiz do Quitunde e Campestre.





.11.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Os trabalhos de levantamento de sua infra-estrutura continuarão no exercício de 2013, objetivando a conclusão geral de avaliação do patrimônio, ocasião em que se efetuarão os ajustes contábeis para regularização dos saldos representativos do ativo imobilizado da CASAL.

(b) Levantamento dos imóveis de propriedade da CASAL

O Governo do Estado de Alagoas realizou o levantamento dos imóveis do Estado, entre eles, 323 bens de propriedade da Companhia.

(c) Seguro

A Companhia, face à natureza de suas atividades operacionais, que não representam riscos significativos, não possui seguros de seus ativos imobilizados.

12 - Empreiteiros e Fornecedores

	2012	2011
	Circulante	Circulante
Empreiteiros e fornecedores	163.485.242	154.194.705
	163.485.242	154.194.705

13 - Empréstimos e Financiamentos

	2012		2011	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco BIC S.A.				
Conta garantida (a)	4.995.400	-	4.704.237	-
Contrato de mútuo (b)	2.162.736	4.158.494	1.252.992	3.758.990
Caixa Econômica Federal				
Conta garantida (a)	4.645.348	-	-	-
Banco do Brasil S.A.				
DMPL - Confissão e consolidação de dívida (c)	2.435.772	13.740.277	2.356.391	13.570.899
	14.239.256	17.898.771	8.313.620	17.329.889





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- (a) Limite que fica disponível em conta corrente, pronto para ser utilizado. À medida que ocorrerem créditos na conta, o saldo devedor é coberto e o limite é recomposto para novas utilizações. Foi contraído pela Companhia para adequação do perfil de sua dívida de curto prazo. Sofre atualização de juros à razão de 0,7% a.m. mais CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). Possui prazo de vencimento em 27 de maio de 2013.
- (b) Referente a Cédula de Crédito Bancário na modalidade Mútuo Simples, contraído para fins de capital de giro. O valor total liberado foi de R\$5.000.000 em 5 de janeiro de 2011. Os encargos financeiros (juros) são calculados à taxa efetiva de 0,8% a.m. e 10,03% a.a. mais CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). A liquidação da dívida se dará em 60 prestações mensais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela em 1º de fevereiro de 2011 e a última em 4 de janeiro de 2016. Está garantido pelos recebíveis decorrentes da prestação de serviços.
- (c) Limite de crédito rotativo que fica disponível em conta corrente, pronto para ser utilizado. À medida que ocorrerem créditos na conta, o saldo devedor é coberto e o limite é recomposto para novas utilizações. Foi contraído pela Companhia para adequação do perfil de sua dívida de curto prazo. Sobre o valor efetivamente utilizado do limite de crédito contratado, incidirão encargos remuneratórios correspondente a 165% (cento e sessenta e cinco) da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários(CDI), divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), incidentes sobre os saldos devedores diários. Possui prazo para vencimento em 4 de maio de 2013.
- (d) O referido empréstimo possui a seguinte característica:

Bônus	Taxa de juros	Período de amortização
Discount Bond	Libor semestral + 0,8125% a.a.	Em uma única parcela, em 11/04/2024
Par Bond	4% a.a. no primeiro ano; 4,25% no segundo ano; 5% no terceiro ano; 5,25% no quarto ano; 5,5% no quinto ano; 5,75% no sexto ano, e; 6% do sétimo ao trigésimo ano.	Em uma única parcela, em 11/04/2024
C-Bond	4% a.a. no primeiro e segundo anos; 4,5% no terceiro e quarto anos; 5% no quinto e sexto ano, e; 8% a.a. do sétimo ano até o final.	21 parcelas semestrais, sendo a primeira em 10/04/2004 e a última em 12/04/2014





.13.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

14 - Tributos a Recolher

	2012	2011
IRRF a recolher	433.542	355.886
FGTS a recolher	427.157	356.581
PIS a recolher	185.170	144.838
COFINS a recolher	786.296	667.230
INSS a recolher	1.924.626	1.471.759
SESI a recolher (a)	8.240.195	8.249.586
SENAI a recolher (b)	8.091.446	7.905.497
IPASEAL a recolher	27.597	27.597
ISS a recolher	416.385	288.877
Outros	150.957	296.460
	20.683.371	19.764.311

- (a) Corresponde às guias do SESI referentes à competência de janeiro de 1995 a dezembro de 2002, bem como dos valores relativos ao 13º salário do mesmo período. Os valores provisionados não estão sendo liquidados, sofrem apenas os acréscimos de multas e juros por atraso. A Administração da Companhia está envidando esforços no sentido de abrir negociação para um possível parcelamento da dívida.
- (b) Corresponde às guias do SENAI referentes à competência de março de 1993 a julho de 2008, bem como dos valores relativos ao 13º salário do mesmo período. Os valores provisionados não estão sendo liquidados, sofrem apenas os acréscimos de multas e juros por atraso. A Administração da Companhia está envidando esforços no sentido de abrir negociação para um possível parcelamento da dívida.

15 - Parcelamento de Tributos

	2012		2011	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FGTS (a) Parcelamento Lei Nº 11.941 (b)	10.024.088	7.726.635 102.124.709	10.707.125	7.641.554 126.700.974
	10.024.088	109.851.344	10.707.125	134.342.528





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- (a) Refere-se a parcelamento do FGTS, cuja dívida global foi parcelada em 180 meses e aos valores originais foram acrescidos multas e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor. Em função de terem ocorrido pagamentos realizados a maior por conta de FGTS de funcionários, a CASAL, em comum acordo com a Caixa Econômica federal CEF considerou liquidadas as parcelas do referido parcelamento até o exercício de 2014.
- (b) Em 30 de novembro de 2009, a Administração da CASAL, consubstanciada pela opinião de seus assessores jurídicos, aderiu a Parcelamento da Lei Nº 11.941, de 28 de maio de 2009, que permitia o parcelamento das dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, administradas pela Receita Federal do Brasil RFB e pela Procuradoria da Fazenda Nacional PGFN. A dívida remanescente após as deduções permitidas pela Lei Nº 11.941, foi consolidada em junho de 2011 e foi parcelada em 180 meses.

16 - Fundação CASAL de Seguridade Social - FUNCASAL

	2012		20	11
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FUNCASAL - Seguridade Social - Patronal FUNCASAL - Seguridade Social -	212.685	-	84.613	-
Parcelamento (a)	4.298.566	99.708.488	4.152.273	92.376.824
	4.511.251	99.708.488	4.236.886	92.376.824

(a) Em 23 de novembro de 2005 foi assinado contrato com a Fundação CASAL de Seguridade Social – FUNCASAL um instrumento particular de Confissão de dívida com garantia de caução, relativas a consolidação de débitos de contribuições de dívidas pela Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL na condição de patrocinadora e retidas dos participantes.

A dívida resultante do contrato foi programada para pagamento em 360 prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2006 e a última em 15 de abril de 2036, calculadas e atualizadas nas formas estabelecidas em Nota Técnica Atuarial de cálculo das prestações mensais amortizantes da dívida da patrocinadora CASAL para com a Fundação constante do Anexo ao JM/2522 de 8 de novembro de 2006, integrante do Acordo Extrajudicial.

A CASAL é patrocinadora da Fundação CASAL de Seguridade Social - FUNCASAL, entidade fechada de previdência privada, regulamentada pelas Leis Complementares n° 108/2001 e 109/2001, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar através da Portaria n° 4.281, de 28 de julho de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, obedecendo às normas expedidas através da Secretaria da Previdência Complementar e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

O plano de suplementação de aposentadorias é de benefício definido. A fundação tem como principal finalidade suplementar, aos servidores da CASAL, os benefícios a que têm direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SINPAS, tais como complementação de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço, por idade, de aposentadorias especiais, de pensão, de abono anual e do auxílio-doença.

17 - Parcelamento CEAL

	2012		2011	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Termo de confissão 002/2004 (a)	4.907.114	1.199.373	4.291.175	3.536.558
Termo de confissão 006/2008 (b)	2.857.968	122.442.192	2.800.579	111.679.799
Termo de confissão 02905/2012 (c)	7.232.210			
	14.997.292	123.641.565	7.091.754	115.216.357

- (a) Foi assinado em 9 de janeiro de 2004 termo de confissão de dívida e consolidação de dívida junto a Companhia Energética de Alagoas CEAL, relativas às faturas vencidas até 31 de agosto de 2004 e não liquidadas. A liquidação da dívida se dará em 120 prestações mensais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela em 30 de setembro de 2004 e é corrigido com base na utilização da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais juros de 0,5% *pro rata die* sobre o saldo devedor.
- (b) Foi assinado em 28 de dezembro de 2008 termo de confissão de dívida e consolidação de dívida junto a Companhia Energética de Alagoas CEAL, relativas às faturas vencidas até 30 de novembro de 2008 e não liquidadas. A liquidação da dívida se dará em 240 prestações mensais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela em 15 de março de 2009 e é corrigido com base na utilização da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais juros de 0,5% sobre o saldo devedor. As primeiras 72 parcelas amortizáveis terão valor de R\$180.000 corrigidas anualmente, com correção e juros apurados mensalmente, pelo critério e índice supramencionados. As demais parcelas amortizáveis serão corrigidas mensalmente.
- (c) Termo de confissão de dívida, e acordo de parcelamento junto a Companhia Energética de Alagoas CEAL, relativas as faturas dos meses 10/2009, 12/2009, 01 a 12/2010, 01 a 03/2011. A liquidação da dívida se dará em 24 prestações mensais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela em 01 de março de 2012. Sobre as parcelas em seus vencimentos, será aplicada correção monetária utilizando-se a variação positiva do IGPM apurado entre o período de 01/01/2012 e o vencimento do respectivo parcelamento.





.16.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

18 - Consignações a Recolher

	2012	2011
De funcionários (a)	563.325	483.141
De empréstimos Bancários (b)	203.849	179.702
De fornecedores (c)	375.459	375.459
De pensão alimentícia (d)	48.299	
	1.190.932	1.038.302

- (a) Referem-se a valores descontados em folha para custeio da participação no plano de saúde e previdência complementar (Fundação Casal de Seguridade Social FUNCASAL);
- (b) Valores referentes a descontos em folha, paga garantir o pagamento dos empréstimos consignados contratados junto ao banco;
- (c) Valores caucionados cedidos por fornecedores e prestadores de serviços, para garantir a entrega dos produtos e a prestação do serviço.
- (d) Retenção de valores para o pagamento de pensões alimentícias.

19 - Provisões para 13º Salário, Férias e Encargos Sociais

	2012	2011
Provisões para férias	2.907.874	2.499.763
INSS sobre férias	1.325.107	1.139.132
FGTS Sobre férias	368.085	316.426
Provisões para 13º salário		137.794
		_
	4.601.066	4.093.115





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

20 - Outros Débitos

	2012	2011
Energia elétrica a pagar (a)	8.910.546	<u>-</u>
Fiplan-Fund. Inst. de Planejamento (b)	988.915	988.915
	9.899.461	988.915

- (a) Valor referente a conta de energia elétrica para os meses de outubro a dezembro de 2012;
- (b) Valor devido referente aos serviços executados pelo Instituto de Processamento de Dados IPD, vinculado a época à Secretaria Estadual de Planejamento.

21 - Contingências - Passivo não Circulante

2012	2011
79.861.191	119.861.191
7.305.180	5.463.212
848.236	176.215
5.391.383	3.942.732
93.405.990	129.443.350
	7.305.180 848.236 5.391.383

(a) Refere-se a ação promovida pelo sindicato que representa os funcionários da CASAL, com a pretensão de requerer a incorporação do percentual de 26,06%, a título de reajuste salarial, aos salários dos empregados nos idos de 1987. Diante da situação processual da época, a Companhia, cumprindo determinação judicial neste sentido, implantou o percentual de 26,06% nos salários dos seus colaboradores, situação mantida até os dias atuais. No ano de 2000, já na fase de execução, foi argüida a tese de limitação do direito à database da categoria, sustentada no teor da Súmula nº 322 do Tribunal Superior do Trabalho.

A referida matéria foi arguida por meio, inicialmente, de embargos à execução perante o juízo de primeiro grau e, posteriormente, em sede de recurso de agravo de petição, perante o Tribunal Superior do Trabalho - TRT 19ª Região, o qual dele não reconheceu por ausência de garantia por parte da CASAL. Foram interpostos novos recursos de revista de decisão para o Tribunal Superior do Trabalho - TST, sustentando a nulidade da decisão, por cerceamento do direito de defesa.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A decisão da turma para o qual foi distribuído inicialmente, o recurso de revista não foi favorável. No entanto, na SDI-1 (Seção de Dissídios Individuais) do TST, ao apreciar recurso de Embargos, esta deu provimento ao recurso e anulou a decisão do TRT 19^a Região, determinando a devolução dos autos para aquele tribunal e mandando que o mesmo apreciasse as razões de mérito do recurso, mesmo sem a garantia da dívida.

Em dezembro/2010, os autos retornaram, então, para o TRT 19ª Região, sendo reincluso em pauta para julgamento na sessão de 1º de março de 2011, e cujo resultado foi favorável a tese da CASAL, no que concerne a limitação da data base na realização dos cálculo do Processo. Dessa forma, o risco de perda do processo em questão pela empresa diminui substancialmente, após a decisão do TRT 19ª Região Superior do Trabalho, e conforme posição de nossos assessores jurídicos saiu de uma concepção de "praticamente certo" (entre 90% e 100%) para, pelo menos, um conceito de "provável", bem como com a tese da limitação da data base aceita pela justiça, praticamente definiu que não haverá valores a serem pagos aos funcionários visto que já houve valores pagos através de retenção judicial, bem como incorporação aos salários dos 26,06% já realizados em anos anteriores.

Após todas essas ocorrências, o E. TRT 19^a Região, por meio de sua Presidência, em 14/12/2012, proferiu o seguinte despacho:

"Em que pese não tenha havido manifestação deste Tribunal acerca do pleito do Estado de Alagoas para participar da relação processual como assistente litisconsorcial, é inegável que o Tribunal ao conceder à edilidade, através de sua Procuradoria, a faculdade de se manifestar nos autos, conforme fez às folhas 3.898/3.950 e ao apreciar a postulação de nulidade processual como o fez (f. 3.985), seria imprudente não considerar a possibilidade de intimar-se o Estado acerca das decisões proferidas no segundo e terceiro embargos, oportunizando até mesmo, por provocação do referido ente público o enfrentamento do pedido de assistência litisconsorcial não apreciado."

Em decorrência, a Administração da Companhia consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, julgou pertinente e adequado que o processo em tela seja computado pela Companhia de Saneamento de Alagoas como envolvendo provável o importe de R\$ 79.861.190.

22 - Convênio

A Companhia celebrou o convênio de cooperação mútua com o Estado de Alagoas, por meio da SEINFRA. O convênio de nº 040/2010 tem como objetivo principal "a cooperação técnica e financeira entre o Estado de Alagoas, por meio da Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA e a CASAL, visando à realização de obras de melhoramentos/adequação das redes coletoras, de saneamento e distribuidoras de água nos Municípios do Estado de Alagoas".



.19.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Os recursos financeiros montam em R\$25.000.000 sendo que cabe ao Estado o pagamento de R\$12.500.000 e a contra partida da Companhia no valor de R\$12.500.000, para serem aplicados até 31 de dezembro de 2010. Salientamos que foi repassado pelo Estado de Alagoas até dezembro de 2012 o montante de R\$5.500.000, sendo R\$ 2.500.059, em 2011 e R\$ 2.999.941 em 2010.

O referido convênio foi aditado, prorrogando-se a vigência do termo final para 30 de dezembro de 2013.

A Administração da CASAL está em fase de negociação visando prorrogar a vigência da data final do termo.

23 - Patrimônio Líquido

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, está representado da seguinte forma:

		Ações		Percentual de
Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Estado de Alagoas	132.121.392.341	4.143	132.121.396.484	99,9605%
Governo Federal	694.302	42.056.682	42.750.984	0,0323%
CODEVASF	-	6.155.465	6.155.465	0,0047%
Outros	54.546	3.185.287	3.239.833	0,0025%
	132.122.141.189	51.401.577	132.173.542.766	100,0000%

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição e no reembolso do capital, sem direito a prêmio.

24 - Receita Líquida de Serviços

	2012	2011
Receita bruta de serviços		
Serviços de abastecimento d'água	188.473.578	171.348.407
Serviços de esgotamento sanitário	32.611.915	29.455.081
Deduções da receita bruta		
PASEP	(2.157.929)	(1.861.316)
COFINS	(9.804.499)	(8.380.202)
		_
	209.123.065	190.561.970





.20.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

25 - Custos dos Serviços

	2012	2011
Despesas com pessoal	(39.981.681)	(34.625.425)
Despesas com material	(2.309.864)	(2.635.351)
Despesas com serviços de terceiros	(80.275.418)	(50.795.917)
Despesas com serviços gerais	(318.484)	(124.057)
Depreciação e amortização	(6.945.495)	(4.462.792)
	(129.830.942)	(92.643.542)

26 - Despesas Comerciais

	2012	2011
_		
Despesas com pessoal	(16.678.461)	(17.538.184)
Despesas com material	(1.844.008)	(3.605.434)
Despesas com serviços de terceiros	(19.451.981)	(34.621.681)
Despesas com serviços gerais	(441.581)	(457.174)
Depreciação e amortização	(43.832)	(35.362)
Contituição da provisão para créditos de		
liquidação duvidosa	(18.599.901)	(17.829.978)
Tarifa bancária sobre cobrança bancária de		
fatura de água e esgoto	(4.186.522)	(4.244.281)
	(61.246.286)	(78.332.094)

27 - Despesas Administrativas

	2012	2011
Despesas com pessoal	(24.691.905)	(18.642.517)
Despesas com material	(1.722.897)	(1.048.335)
Despesas com serviços de terceiros	(7.660.476)	(8.535.232)
Despesas com serviços gerais	(800.271)	(835.171)
Depreciação e amortização	(256.186)	(836.134)
	(35.131.735)	(29.897.389)





.21.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

28 - Despesas Tributárias

	2012	2011
Imposto predial e territorial urbano	(40.508)	(25.583)
Imposto sobre operação financeira - IOF	(229.990)	(146.472)
Taxa de localização	(1.563)	(1.190)
Taxa de licenciamento de veículos	(13.114)	(12.831)
Taxa pelo uso da água	(1.249.050)	(256.815)
Outros	(185.183)	(37.534)
	(1.719.408)	(480.425)

29 - Resultado Financeiro (Líquido)

_	2012	2011
Despesas financeiras		
Encargos financeiros de dívidas com	(11.827.185)	(11.427.144)
fornecedores		
Encargos financeiros de dívidas com		
empréstimos e financiamentos	(4.933.959)	(6.105.480)
Encargos de dívida com parcelamento da		
FUNCASAL	(11.894.965)	(11.661.944)
Encargos de dívida com parcelamento da CEAL	(17.987.818)	(15.596.745)
Encargos de dívida com parcelamento da		
SABESP	(225.876)	-
Encargos de tributos e contribuições sociais em		
atraso	(8.622.124)	(4.829.561)
Outras	(1.335.501)	(1.070.914)
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa de empréstimos	2.117.203	2.634.935
Acréscimos por impontualidade	10.533.420	8.884.181
Atualização de recebíveis	2.558.801	1.879.361
Rendimentos de aplicações financeiras	3.264	729.406
Descontos obtidos	98.773	205.023
Ganhos ajuste de inventário	<u> </u>	812.911
_	(41.515.967)	(35.545.971)





.22.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

30 - Despesas com Contingências Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

	2012	2011
Reversão (constituição) de provisão para contingências fiscais Reversão (constituíção) de provisão para contingências cíveis Reversão (constituíção) de provisão para	(1.448.651) (626.771)	341.939 140.956
contingências trabalhistas (a)	38.848.181	33.353.516
	36.772.759	33.836.411

(a) Em conformidade com orientação dos consultores jurídicos, a administração procedeu com a reversão de parte da contingência trabalhista referente ao Plano Bresser.

31 - Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

_	2012	2011
Outras receitas		
Recuperação de perdas sobre créditos a receber	9.163.087	9.312.760
Outras	709.500	160.128
Outras despesas		
Despesas ambientais	(8.498)	(2.521)
Contribuições, doações e premiações	(146.397)	(31.111)
Ajuste de inventário	(36.798)	(1.089.374)
Indenizações por danos morais e materiais	(656.851)	-
Outras	(3.451)	(167.511)
_		
_	9.020.592	8.182.371
		•

32 - Fundo de Pensão

Em 31 de dezembro de 2012, a Fundação contava com 875 participantes ativos (849 em 2011), 423 participantes assistidos (407 em 2011) e 125 pensionistas assistidos (igual quantidade em 2011).





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Os principais recursos que a FUNCASAL dispõe para o seu funcionamento são representados por:

Contribuições dos participantes

Os participantes contribuem com uma importância mensal equivalente aos produtos da aplicação das seguintes taxas:

- (a) 2,86% (igual percentual em 2011) sobre a parcela do salário real de contribuição não excedente à metade do maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social;
- (b) 5,40% (igual percentual em 2011) sobre a parcela do salário real de contribuição situada entre a metade do maior valor teto e o próprio maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social;
- (c) 13,69% (igual percentual em 2011) sobre a parcela do salário real de contribuição situada entre o teto máximo de salário de contribuição da Previdência Social e 3 vezes o valor deste teto máximo.;

Além dessa contribuição normal, está estabelecida a cobrança de jóia (atuarial), para os que ingressam ou reingressam como participantes, bem como para os participantes assistidos que venham a incluir novas pessoas no rol de dependentes-beneficiários.

(d) Os participantes assistidos recolhem a FUNCASAL uma contribuição mensal equivalente ao produto da aplicação da taxa de 3,16% (3,18% em 2011) sobre o valor de suplementação;

Contribuição da entidade patrocinadora

A CASAL contribui mensalmente com:

(a) Contribuição normal: de valor equivalente ao montante mensal das contribuições normais de seus respectivos participantes, em atendimento à Emenda Constitucional nº 20 (paridade de contribuições patrocinadora e participantes);

A CASAL é responsável pelo processamento da folha de pagamento dos participantes ativos, base para o recebimento da contribuição.

Rendimentos financeiros

A Fundação dispõe dos rendimentos resultantes das aplicações financeiras provenientes das contribuições, que devem obedecer ao disposto nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A FUNCASAL apresenta, em 31 de dezembro de 2012, um superávit técnico acumulado de R\$5.081.375 (R\$5.469.078 em 2011).

33 - Contratos de Concessão

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Os contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos.

Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, geraram no período Receita Bruta de Serviços no montante de R\$ 221.085.493 (R\$ 200.803.488 em 2011), decorrentes da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 75 municípios do Estado de Alagoas, sendo que 31 contratos de concessão encontram-se vigentes (8 em 2011).

De um total de 75 sedes municipais operadas, aproximadamente 58,6% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos (89,3% em 2011). Dos 31 (trinta e um) municípios que possuem contrato de concessão regular, 23% vencem de 2017 a 2034 e 77% possuem vencimentos após 2040.

As concessões são firmadas e renovadas gradativamente em trabalho de negociação que é realizado junto as Prefeituras, tendo como fator decisivo o reconhecimento pelas Municipalidades de que a Companhia tem conhecimento e experiência no setor de saneamento e com isso a possibilidade de alavancar recursos para investimentos junto às várias fontes de financiamento.

Como consequência do trabalho desenvolvido pela Administração da Companhia visando renovar os contratos de concessão vencidos, em 3 de outubro de 2011, a CASAL firmou Contrato de Programa com a Prefeitura Municipal de Arapiraca sob o nº 543/2011, cujos termos foram estabelecidos no Convênio de Cooperação nº 001/2011. O objetivo do Convênio de Cooperação, refere-se, basicamente, à prestação de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com exclusividade pela CASAL, em todo o território municipal pelos próximos 30 anos.

Os contratos de concessão que se encontram vigentes, representam em 2012 cerca de 83% das suas receitas operacionais.

Em 1º de junho de 2012, foi assinado o contrato de Concessão Administrativa nº 90/2012, decorrente da concorrência pública para selecionar empresa privada, por meio de concessão administrativa, com fundamento na Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, na Lei Estadual 6.972, de 07 de agosto de 2008, na Lei Estadual nº 7.081, de 30 de julho de 2009. Tem por objeto a construção, gestão, operação e manutenção do novo Sistema Adutor do Agreste, planejado para iniciar no Município de Traipu/AL e terminar no Município de Arapiraca, bem como, recuperar, operar e manter o Sistema Coletivo do Agreste existente na área da parceria pública privada.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

34 - Instrumentos Financeiros

O valor de mercado estimado dos instrumentos financeiros, principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e instrumentos financeiros de curto prazo, aproximam do seu valor contábil face o curto prazo de vencimento dos mesmos.

Limitações

Os valores de mercado foram estimados com base em informações de mercado relevantes e da própria empresa, de sua carteira de clientes, no que se refere a Contas a Receber. Na hipótese de mudanças nas premissas, poderão ser afetadas as estimativas apresentadas.

Fatores de risco

Os fatores de risco que afetam os instrumentos financeiros são os seguintes:

Risco de crédito (Operacional)

- Inadimplência: Está relacionado à possibilidade da Companhia computar prejuízos decorrentes de dificuldades em cobrar os valores faturados vencidos, principalmente, junto aos clientes públicos (estaduais e municipais). Esse tipo de risco é diminuído em razão de procedimentos de monitoração e cobrança específicas voltadas às contas a receber do segmento público, destacando-se sobre a importância de manter-se o fornecimento dos produtos da Companhia a essas entidades, pelo seu caráter de essencialidade o que resulta em termos de acordo de pagamento firmado com esses clientes.
- Concessões: a perda eventual de qualquer das concessões poderá afetar os resultados operacionais da Companhia. A Administração vem tomando medidas para a manutenção e renovação das concessões da Entidade.

Risco de crédito (Financeiro)

Os riscos relacionados à possibilidade da Companhia computar perdas decorrentes da dificuldade de realização das aplicações financeiras de curto prazo foram considerados pequenos. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros investindo em instituições financeiras bem conceituadas.







Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

35 - Questões Ambientais

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam por em risco suas atividades e seu negócio. Isso é feito através de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento é dada grande contribuição à proteção do meio-ambiente e a melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em histórico da situação, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas, relacionadas com questões ambientais, é necessária atualmente, inclusive em face de legislação ambiental em vigor no Brasil.



.27.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

DIRETORIA

ALVARO JOSÉ MENEZES DA COSTA Diretor Presidente JORGE SÍLVIO LUENGO GALVÃO Vice Presidente de Gestão Corporativa CARLOS ANTONIO DE S. F. LIMA Vice Presidente de Gestão Operacional

OSMAR LISBOA

Vice Presidente de Gestão de Serviços de Engenharia

EDMÁRIO JOSÉ GOMES DOS SANTOS Técnico em contabilidade CRC-AL 3778/O-7

Independent Member of BKR International